FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

PROJECTO VOLEIBOL SENTADO

FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE
VOLEIBOL

VOLEIBOL SENTADO

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO 3

1.1. Enquadramento social e geográfico 3

2. ESTRUTURA DO PLANO DE ACÇÃO 6

3. OBJECTIVOS GERAIS 7

3.1. Objetivos do trabalho a desenvolver 7

3.2. Identificação e descrição das tarefas e procedimentos 7

4. IMPACTO DE DESENVOLVIMENTO 7

5. CRONOGRAMA PROVISÓRIO 8

1. INTRODUÇÃO

As oportunidades das pessoas designadas por pessoas com deficiência reflectem não só as condições gerais de vida e as politicas sócio-económicas que têm caracterizado as diferentes épocas ao longo da história, como também as representações e construções sociais que vigoram acerca da deficiência.

A história da noção de deficiência e da vida das pessoas com deficiência passou por caminhos de profunda ignorância, de crenças e superstições, de teorias pseudo-científicas, nos quais se enraízam algumas das atitudes e actos discriminatórios que ainda perduram nos nossos dias, pese embora o esforço desencadeado pelos sucessivos governos que, ao longo destas últimas três décadas, têm acompanhado a realidade internacional e tomado medidas legislativas que destacam a necessidade de eliminar ou reduzir as desigualdades sociais, económicas e culturais num contexto que visa reforçar a igualdade, a não discriminação e a plena participação a favor das pessoas com deficiências ou incapacidade, indo ao encontro da inclusão a todos os níveis.

Porém, o efectivo bem-estar e o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, continua longe de ser uma realidade, persistindo em evidenciar uma imagem desvalorizada e desvalorizante.

Cientes desta realidade, bem como do esforço despendido pelos sucessivos governos, pretendemos abraçar novos desafios, tentando abranger uma janela de oportunidade que potencie, em simultâneo, uma intervenção activa na inclusão, para o desenvolvimento solidário e sustentável de uma sociedade mais coesa e inequivocamente adequada à diversidade e a visibilidade aglutinadora e de integração do desporto, mais especificamente do voleibol.

1.1. Enquadramento social e geográfico

A realidade social portuguesa confronta-se com profundas alterações demográficas. A par do envelhecimento progressivo da população, que se traduz no aumento da proporção de idosos no conjunto da população, assiste-se à diminuição da morbilidade pré-natal e pós-natal, ou seja, mercê dos progressos científicos e técnicos, sobrevivem agora à nascença um maior número de crianças com condições de saúde muito graves, que outrora impediam a sua sobrevivência. Concomitantemente, assiste-se ao aumento das doenças incapacitantes e da sinistralidade, com todas as consequências que daí advêm. Por outro lado, constata-se que uma das lacunas do sistema actual se prende com a carência de informação e dados estatísticos que reportem a magnitude e as implicações do que acabámos de referir, o que se traduz na ausência de evidências consistentes, susceptíveis de sustentar o planeamento.

Apesar de todas as dificuldades inerentes às operações que permitem a quantificação e caracterização da população com deficiências ou incapacidade, às quais não é alheia a imprecisão dos conceitos e critérios já assinalada anteriormente e as fragilidades do sistema de informação estatística ao nível da administração, importa reportarmo-nos aos dados actualmente disponíveis sobre a situação portuguesa. Tomaremos como referência alguns dos dados obtidos através de dois instrumentos fundamentais, designadamente, o Inquérito Nacional às Incapacidades, Deficiências e Desvantagens (INIDD), de 1994, e o Recenseamento Geral da População (Censo), de 2001. Segundo o Censo de 2001, em Portugal existiam 634.408 pessoas com deficiência, numa população (residente) de 10,3 milhões de indivíduos, ou seja, uma percentagem de 6,13% da população tinha uma

deficiência, com base na tipologia utilizada no Censo 2001. Pela análise da sua distribuição etária, evidencia-se um agravamento da taxa de incidência com a idade: até aos 16 anos, a taxa de incidência é cerca de 1/3 mais baixa do que os 6,13% da população em geral (2.18%), enquanto no grupo dos idosos passa a ser mais do que o dobro (12.5%) (quadro nº1).

População total e com deficiência e taxas de deficiência por grupos etários

Censo 2001	População	População com Deficiência	Taxa de deficiência
Total	10.355.824	634.408	6,13
-16 anos	1.784.125	38.877	2,18
16-24 anos	1.352.106	47.886	3,54
25-54 anos	4.396.336	228.687	5,2
55-64 anos	1.121.137	106.211	9,47
+64 anos	1.702.120	212.747	12,5

Quadro 1 – População total e com deficiência e taxas de deficiência por grupos etários

Distribuição das pessoas com deficiência por região (%)

Regiões	População com Deficiência %	Homens %	Mulheres %
Total	6.1	6.7	5.6
Norte	5.9	6.5	5.3
Grande Porto	6.3	6.9	5.8
Centro	6.7	7.4	5.8
Lisboa e Vale do Tejo	6.3	6.8	5.8
Grande Lisboa	6.4	6.9	6.0
Alentejo	6.1	6.3	6.0
Algarve	6.0	6.3	5.6
Reg. Açores	4.3	4.4	4.1
Reg. Madeira	4.9	5.2	4.6

Quadro 2 – Distribuição das pessoas com deficiência por região (%)

Quanto à sua distribuição geográfica, a região Centro apresenta os valores mais elevados do país (6,7%), contrapondo-se à região dos Açores que registou a taxa mais baixa (4,3%)(quadro nº2).
De acordo com os dados obtidos no INIDD (1994), realizado por amostragem, constatamos que para uma população (residente) de 9,8 milhões de indivíduos foram apuradas 905.488 pessoas com deficiência, ou seja, uma percentagem de 9,16 % (quadro nº3).
Segundo a mesma fonte, a distribuição da população com deficiência, por tipo de deficiência, revelou que as deficiências da visão e as motoras representam metade do total, com particular incidência da deficiência motora nos homens relativamente às mulheres (quadro nº4).

População total e população com deficiência e taxas de deficiência, por grupos etários

INIDD	População Total	População com Deficiência %	Taxa de deficiência
Total	9.887.561	905.488	9,16
-16 anos	1.941.048	69.288	3,57
16-24 anos	1.464.088	54.088	3,7
25-54 anos	3.895.535	249.893	6,41
55-64 anos	1.159.784	174.233	15,02
+ 64 anos	1.427.104	357.984	25,08

Quadro 3 – População total e população com deficiência e taxas de deficiência por grupos etários

População com Deficiência segundo o sexo e por tipo de deficiências

População	HM	%	H	%	M	%
Auditiva	84.156	0.8	43.533	0.9	40.623	0.8
Visual	163.515	1.6	77.772	1.6	85.743	1.6
Motora	156.364	1.5	88.893	1.8	67.471	1.3
Mental	71.056	0.7	38.156	0.8	32.900	0.6
Paralisia	14.977	0.1	8.004	0.1	6.973	0.1
Outras Deficiências	144 340	1.4	77.553	1.5	66.787	1.2
Total	634.408	6.1	333.911	6.7	300.497	5.6

Quadro 4 – População com deficiência segundo o sexo e por tipo de deficiência.

Perante os dados apresentados anteriormente, existe uma necessidade de enquadrar e estruturar a participação social das pessoas com deficiências ou incapacidade por forma a salvaguardar os seus interesses e direito. Tal foi conseguido através da criação e desenvolvimento de organizações e/ou associações, que surgiram por iniciativa das próprias pessoas com deficiências ou incapacidade, ou dos seus familiares e representantes, como forma de cumprimento desse desígnio. Estas organizações têm, pois, constituído um importante contributo para a visibilidade das questões da deficiência, para a dinamização de respostas face às suas necessidades e de condições que promovam o exercício dos seus direitos na inclusão social.

Importa, no entanto, desenvolver mecanismos que permitam consolidar o diálogo e a cooperação, contribuir para uma melhor conjugação de esforços ao nível da intervenção, das políticas e medidas, no sentido de fortalecer a capacidade de gestão e o campo de influência das ONGPD e optimizar a sua acção e representatividade.

O papel e actuação das ONGPD é, pois, fundamental para a promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiências ou incapacidade e sua participação nos processos de decisão, bem como para o desenvolvimento de acções nos diferentes domínios sectoriais, desenvolvendo um trabalho de fundo no âmbito da inclusão social das pessoas com deficiências ou incapacidade, prestando uma variedade de serviços.

Desta forma, foram-se criando ao longo de todo o território instituições (ONGPD) que, de uma forma dinâmica, vão dando resposta às exigências sociais. No entanto, constata-se que a sua distribuição geográfica é relativamente assimétrica, evidenciando-se pela leitura dos quadros seguintes a sua litoralização e localização nos grandes centros, o que se reflecte, por conseguinte, na assimetria de respostas às necessidades das pessoas com deficiências ou incapacidade, o que, aliás, acompanha o que se passa relativamente à população em geral.

Distribuição das ONGPD por Distrito

Distrito	Nº	Distrito	Nº	Distrito	Nº
Aveiro	26	Évora	11	Porto	54
Beja	9	Faro	15	Santarém	15
Braga	27	Guarda	6	Setúbal	25
Bragança	6	Leiria	19	V. Castelo	3
C. Branco	9	Lisboa	130	Vila Real	6
Coimbra	30	Portalegre	5	Viseu	12

Quadro 5 – Distribuição das ONGPD por distrito

Nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo encontram-se mais de metade das respostas institucionais (64%). Contudo, é na distribuição por distritos que é mais visível a litoralização das respostas, havendo muitas zonas do Interior Norte e Alentejo a descoberto.

Num universo vasto como é o da deficiência, caracterizado pela expressão de realidades e necessidades tão diversas, a aferição das condições de participação das várias ONGPD assume grande complexidade, uma vez que estas se posicionam em contextos muito diferenciados de actuação, tanto na perspectiva dos seus modelos organizacionais (Federações, Uniões, Associações, Cooperativas, Núcleos, etc.), dos níveis geográficos de intervenção (nacionais, regionais, distritais e locais) como dos próprios modelos de intervenção (associações vocacionadas prioritariamente para a defesa e reivindicação de direitos ou mais focadas na prestação de serviços).

Ora, por forma a rentabilizar recursos, aperfeiçoar a dimensão organizativa, recursos, modelos e valências de intervenção e uniformizar ofertas, pretendemos divulgar e potenciar através da implementação da variante voleibol sentado uma inter-relação com as ONGPD.

2. ESTRUTURA DO PLANO DE ACTIVIDADES

Ao nível nacional, e conforme o estabelecido no Artigo 2.º e 5.º da Lei de Bases do Desporto, respectivamente o Princípio de que todos têm direito ao desporto, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento da personalidade, e o Princípio da não discriminação, o qual consiste na não diferenciação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou

orientação sexual, traduzem e objectivam a relevância da temática da inclusão como conceito transversais em áreas tão vastas como a Educação, a Saúde e o Desporto.

É na interacção destes pilares que colocamos o Desporto e, especialmente, o Voleibol. A sua prática fomenta a igualdade dos participantes, esbatendo barreiras, preconceitos, potenciando as capacidades físicas, psicológicas e relacionais.

A Federação Portuguesa de Voleibol, cumprindo assim com um dos seus objectivos – "proporcionar a prática do Voleibol a toda a gente" –, e aproveitando uma janela de oportunidade balizada pela transferência de governação de modalidades adaptadas para federações de modalidades, abraçará este novo desafio e, simultaneamente, responderá afirmativamente a mais uma solicitação social.

É nesta dinâmica que vamos construindo o nosso percurso. Não estamos conformados e olhamos para o futuro como um momento de oportunidade para nos estruturarmos e rentabilizarmos o trabalho.

Perante estes princípios expomos aqui os nossos eixos de acção de atividades:

- **Eixo 1** (Intervenção centrada na luta pela inclusão social, através de iniciativas a desenvolver paralelamente com outros projectos federativos, potenciando o acesso de pessoas com deficiências ou incapacidade)
- **Eixo 2** (Promoção e implementação da variante Voleibol Sentado, através de um processo sistemático coordenado e articulado com suporte técnico e financeiro.)
- **Eixo 3** (Participação (ou colaboração) em eventos (ou projectos) nacionais e internacionais que visem a promoção do desporto e da educação especial, abrindo caminho a um espaço de diálogo/cooperação entre as várias modalidades, ao mesmo tempo que trabalhamos em equipa com outras entidades, como a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), Comité Paralímpico de Portugal (CPP), etc..)

Cada um destes eixos será desenvolvido numa perspectiva articulada e de complementaridade, sem prejuízo da abordagem específica das medidas de índole sectorial. Assim, por exemplo, as questões exclusivamente integradas no eixo 1 não deixam de ser comuns aos objectivos sectoriais constantes do eixo 2.

3. OBJECTIVOS GERAIS

Os objectivos constantes do Plano consubstanciam-se nos seguintes princípios:

1. Integração das questões da deficiência, da incapacidade e da inclusão nos cursos de treinadores;
2. Qualificação e formação específica de formandos;
3. Qualificação dos recursos humanos na estrutura FPV, por forma a tomarem parte do conhecimento estratégico subjacente ao projecto voleibol sentado;
4. Criação de instrumentos de acompanhamento e monitorização que permitam um conhecimento da implementação e desenvolvimento do projecto e a verificação da sua adequação e ajustamento.

3.1. Objetivos do trabalho a desenvolver

- Planear, organizar e dinamizar ações e atividades ao nível dos diferentes vectores de desenvolvimento;
- Aquisição de competências por forma a melhorar a nossa intervenção;
- Integrar o voleibol sentado como actividade regular da FPV;
- Integrar social e desportivamente pessoas com deficiência ou com incapacidade
- Potenciar a filiação de centros, clubes, associações, instituições, etc

3.2. Identificação e descrição das tarefas e procedimentos

Para a concretização dos objetivos acima apresentados propomos a realização das seguintes ações:

1. Identificar as entidades não governamentais e sem fins lucrativos que desenvolvam atividade desportiva e promover o processo de interação com a FPV;
2. Proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento da modalidade junto das autarquias, associações, clubes e escolas;
3. Interação entre a FPV e o INR, IPDJ, CPP, FPDD, a fim de maximizar todos os recursos e conhecimento no desenvolvimento da modalidade Voleibol Sentado
4. Intervir no processo formativo dos técnicos, árbitros e agentes desportivos, capacitando-os para a realidade do Voleibol Sentado, através de ações de formação e sensibilização.

4. IMPACTO DE DESENVOLVIMENTO

As afirmações internas têm-se traduzido numa ascensão contínua do número de praticantes, através do crescimento dos projectos de divulgação, promoção e descentralização da modalidade.

Neste contexto, temos enveredado ao longo dos últimos anos por dois caminhos: um trabalho de longo prazo em constante adaptação, traduzido em projectos de desenvolvimento maciço da modalidade; e por outro lado num percurso seletivo, enriquecedor e formador de minorias reforçando o trabalho de desenvolvimento amplo personificado nas nossas selecções nacionais e suas participação em competições de índole internacional.

Neste sentido e por forma a rentabilizar todos os nossos recursos iremos desenvolver o projeto de divulgação do Voleibol Sentado em parceria com os projectos de desenvolvimento da Federação Portuguesa de Voleibol (Gira-Volei, Gira-Praia), potenciando o desenvolvimento da estrutura desportiva (associações regionais e clubes) e colaboração com várias instituições na área da saúde e segurança social.

Iremos promover uma sensibilização através da prática desportiva, incentivando a uma participação ativa num processo de inclusão inversa que potencie o surgimento de departamentos de desporto adaptado em clubes de voleibol bem como em estruturas associativas já existentes. Perante o atrás

exposto e tendo a noção da volatilidade de aceitação deste meio ano de existência julgamos que conseguiremos atingir a cerca de quatro centenas de individuos praticantes.

5. CRONOGRAMA PROVISÓRIO

Acção	Jan2016	Fev2016	Mar2016	Abri2016	Mai2016	Jun2016	Jul2016	Ago2016	Set2016	Out2016	Nov2016	Dez2016
Filiação de núcleos	■	■	■	■	■	■				■	■	■
Acção de sensibilização	■	■	■	■	■	■				■	■	■
Acção de formação Voleibol Sentado				■	■							
Acções de divulgação conjuntamente com projectos internos					■	■	■	■				
Acção de formação de Arbitragem Voleibol Sentado									■	■		
Encontros locais e regionais			■	■	■							
Dia paralimpico na escola					■							
Participação conjunta com o Plano Nacional de Promoção Acessibilidade						■						
1º Encontro Multidesportos – FAZ MAIS POR TI!!												■